



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

**PARECER ASSESSORIA JURÍDICA**

**Referência:** Projeto de Lei 24/2021

**Autoria:** Executivo Municipal

*Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 1.284.687,49.*

**I- RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal de Itaqui/RS solicita orientação acerca da viabilidade técnica do Projeto de Lei n.º 24/2021, protocolado dia 24 de maio de 2021, que autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de crédito adicional suplementar.

Acompanha o Projeto de Lei, as justificativas e Orientação Técnica do IGAM n.º 13.170/2021 e Informação Técnica n.º 1652/2021 da DPM.

É o relatório.

**II- ANÁLISE JURÍDICA**

**II.I- Da competência e Iniciativa**

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Ainda, trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto no artigo 53, alínea I, da Lei Orgânica Municipal.

Assim, opina como favorável, essa assessoria jurídica, enquanto a **competência e iniciativa** do Projeto de Lei em análise.



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

**II.2 Dos requisitos para abertura de crédito adicional de suplementação**

O artigo 41 da Lei 4.320/64 traz a seguinte conceituação quanto os créditos:

Art. 41. Os **créditos adicionais** classificam-se em:

**I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;**

**II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;**

**III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.**

**Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

**I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)**

**II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)**

**III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)**

**IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)**

**§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos**



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Conforme expõe, o presente Projeto de Lei está em coerência com o que dispõe a Lei n.º 4.320/64, **segundo qual os créditos suplementares visam dar reforço a dotação orçamentária**, mostrando-se de acordo artigo 41, inciso I e artigo 43, §1º, I, da referida Lei.

Os créditos propostos no presente projeto atendem as normas orçamentárias e financeiras vigentes, tendo como finalidade a abertura de créditos suplementares ao Orçamento do Município para **cumprimento das despesas detalhadas na justificativa e artigo 1º, do Projeto de Lei 24/2021.**

Ainda, nos termos do artigo 2º do Projeto de Lei em análise, os créditos serão cobertos com recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com o que prescreve o artigo 43, inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

**II.III- Irregularidades nas Fontes de Recurso e Requisitos previstos na Resolução 050/2021 CIB-RS**

De acordo com o art. 2º do Projeto de Lei, a cobertura dos créditos abertos no art. 1º serão cobertos com as fontes de recursos: “4011 – Incentivo Estadual para Atenção Básica” e “4090 – PSF – Saúde para Todos”. E também conforme consta no mesmo artigo, não foram enviados comprovantes anexos ao Projeto de Lei em análise.

No entanto, nos créditos adicionais abertos no art. 1º do PL, juntamente com estas duas fontes de recursos, constam outras fontes diferentes que também estão recebendo suplementação (Projeto de Lei 23/2021). E cada dotação orçamentária só poderá receber crédito adicional de recursos provenientes da mesma fonte.

Ressalta-se também, que por serem recursos vinculados da saúde, com a abertura destes créditos adicionais com fonte controversa, durante a execução orçamentária e





**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

posteriores prestações de contas gerará uma série de inconsistências não havendo a aprovação destas contas e nem como se fazer um acerto posterior.

Confrontando os valores descritos no Projeto de Lei, por fonte de recurso, com o Balanço Patrimonial do Município no site do TCE/RS (tabela Orientação Técnica IGAM), somente há superávit financeiros para a cobertura dos créditos adicionais das seguintes fontes de recursos: 4090, 4170, 4190 e 4504. Nas demais fontes de recursos, não há saldo suficiente ou então já vem com saldo negativo do exercício de 2020. Situação a ser verificada e ajustada.

Outra questão a ser verificada é em relação ao valor total que consta na ementa e no art. 1º, de R\$ 1.284.687,49 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), sendo que a soma dos valores dos créditos é de R\$ 1.245.158,80 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil e oitenta centavos), gerando uma diferença de R\$ 39.528,69 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos). Situação a ser verificada e ajustada.

Ainda, conforme o art. 2º, do Projeto de Lei 024/2021, os recursos que servirão para a abertura do crédito suplementar proposto são oriundos do superavit financeiro das fontes “4011 – Incentivo Estadual para Atenção Básica” e “4090 – PSF – Saúde para todos”, tudo indicando que se trata da transposição de saldos financeiros de recursos estaduais repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, autorizada pela Resolução n° 050/21 – CIB/RS.

Se, de fato, é esse o objetivo da proposta, é preciso considerar os requisitos estabelecidos na referida Resolução, conforme segue:

- a) comprovação da execução das ações e serviços, sob responsabilidade das Secretarias de Saúde e previstos nos regramentos dos repasses, devem estar em situação regular;
- b) adequação da reprogramação mediante sua inclusão na Programação Anual de Saúde e consequentemente no Plano Municipal de Saúde;



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

c) ciência ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, através da Programação Anual de Saúde, cumprindo ao disposto na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Na documentação encaminhada, não constam informações sobre o atendimento das exigências estabelecidas pela Resolução nº 050/2021, da CIB/RS. A exposição de motivos informa, apenas, as suplementações estão “a fim de suplementar rubrica de despesas dos Projetos/Atividades indicados”. Desse modo, seria recomendável diligenciar junto ao Poder Executivo informações complementares acerca do efetivo atendimento dos requisitos estabelecidos na referida resolução.

**II.IV- Da necessidade de Aprovação do Conselho Municipal de Saúde**

A Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, traz as regulamentações sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Em seu artigo 33, da referida Lei, o legislador dispôs que ao promover modificações no orçamento da área da saúde, há a necessidade de o Conselho Municipal de Saúde, através de ata ou documento congênere, se manifestar quanto à aprovação das alterações. Nestes termos:

**Art. 33. Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde.**

Ainda, o artigo 2º da Resolução 050/2021 da Comissão Intergestores Bipartite/RS refere que: “[...] III - Para reprogramação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá dar ciência ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, através da Programação Anual de Saúde, cumprindo ao disposto na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990”.



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

Convém ressaltar que os Conselhos de Saúde são órgãos deliberativos. Dessa forma, é de sua competência aprovar e fiscalizar quaisquer modificações em seus orçamentos.

**III- CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica sugere-se que seja oficiado o Poder Público para que traga as seguintes informações complementares:

- a) comprovação da execução das ações e serviços, sob responsabilidade das Secretarias de Saúde e previstos nos regramentos dos repasses, devem estar em situação regular;
- b) adequação da reprogramação mediante sua inclusão na Programação Anual de Saúde e consequentemente no Plano Municipal de Saúde;
- c) ciência e aprovação do respectivo Conselho Municipal de Saúde, através da Programação Anual de Saúde, cumprindo ao disposto na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigo 2º, inciso III, da Resolução 050/2021.
- d) revisão e o ajuste referente às fontes de recursos e valores.

Por fim, quanto ao aspecto formal, especialmente no que concerne à conformidade do Projeto de Lei entende-se adequada a redação da proposta.

Ressalta-se que, a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Itaqui/RS, 30 de maio de 2021.

*Nagielly Mello*

**Nagielly Cigana Mello,**

**Assessora Jurídica.**

**OAB/RS 113.980**